ATA

Diálogos: A Cooperação Internacional no Combate à Corrupção
6 e 7 de agosto de 2018

I Reunião de Trabalho da
Rede Ibero-americana de Procuradores Contra a Corrupção
8 de agosto de 2018

Brasília, Brasil

Os pontos de contatos designados pelos Procuradores Gerais e *Fiscales Generales* dos países-membros da Associação Ibero-americana de Ministérios Públicos (AIAMP), procuradores da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá, Paraguai, Portugal, República Dominicana e Uruguai, se reuniram nos dias 6, 7 e 8 de agosto de 2018, no Primeiro Encontro da Rede Ibero-americana de Procuradores Contra a Corrupção, em Brasília, Brasil.

Inauguraram o evento **"Diálogos: a Cooperação Internacional no Combate da Corrupção"** as autoridades que presidiram a Cerimônia de Abertura. Foi dada a palavra inicialmente à **Secretária de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal do Brasil, Cristina Schwansee Romanó**, quem deu as boas-vindas agradecendo a participação de todos os presentes e destacou que, ao convocar esta reunião, se buscou gerar um efetivo intercâmbio de experiências e conhecimentos úteis para os trabalhos dos procuradores em seus países, reforçando os laços de colaboração entre os Ministérios Públicos Ibero-americanos.

Dando continuidade, falou a **Coordenadora da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF brasileiro, Maria Iraneide Facchini**, quem deu ênfase à importância de lutar contra a corrupção, flagelo que atenta contra nossas sociedades, agravando as desigualdades, atentando contra os direitos humanos dos cidadãos e erodindo as instituições. Se referiu às dificuldades que

surgem de trabalhar no combate a delitos complexos como esse, com prazos de prescrição curtos e tendo em conta os obstáculos de se investigar a funcionários públicos.

Seguiu com o uso da palavra o **Fiscal General do Estado do Equador, Edwin Paúl Pérez Reina**, quem agradeceu a organização do encontro, especialmente à Procuradora-Geral da República e à Presidente da AIAMP. Expôs que considera importante manter o diálogo aberto porque este tipo de delitos rompem com os esquemas tradicionais e tornam imprescindível a cooperação internacional para seu enfrentamento. Indicou que é importante se avançar cada vez mais no intercâmbio de informação que permita aprofundar as investigações.

A seguinte intervenção esteve a cargo da **Procuradora-Geral do Panamá e Presidente de la AIAMP, Kenia Porcell,** quem manifestou admiração pelo trabalho realizado pelo Brasil no caso Lava Jato, um trabalho reconhecido a nível mundial. Destacou que se requer valentia para realizar o trabalho que tem sido levado adiante, já que não é simples lutar contra a corrupção pela relação quem tem com o poder dentro do Estado e a nível empresarial. Enfatizou a confiança que se deve ter entre os pares com relação à cooperação internacional. Expôs também que Panamá está trabalhando fortemente no caso Papéis e Odebrecht, em um esforço para colaborar e brindar informação a vários Estados.

O fechamento da solenidade de abertura esteve a cargo da **Procuradora-Geral da República do Brasil, Raquel Elias Ferreira Dodge**, quem agradeceu pessoalmente a cada um dos integrantes da mesa e dedicou especiais palavras à Presidente da AIAMP, destacando que é a primeira mulher a presidir a Associação, desempenhando um grande papel como líder e promotora da organização. Agradeceu também a presença dos representantes de Ministérios Públicos designados pontos de contato da Rede, assim como a participação dos procuradores brasileiros responsáveis por lutar contra a corrupção nas diferentes jurisdições.

Afirmou que a corrupção não é fato novo em nossos países, mas as novidades se estão produzindo a partir do êxito e a abrangência da Operação Lava Jato, posto que as ações penais têm resultado em condenação definitiva, os réus estão sendo encarcerados, grandes somas de dinheiro estão sendo devolvidas aos cofres públicos, e indenizações são pagas. Pela primeira vez os mais

poderosos, os mandantes, os reais beneficiários de esquemas de corrupção estão sendo alcançados pela justiça.

Expôs que as investigações revelaram que os esquemas delitivos transcendem fronteiras. A transferência de recursos ilícitos ao exterior requer investigação conjunta. A recuperação de ativos nacionais depende da cooperação. Ao atuar de formar articulada e cooperativa, se aumento o potencial de investigações sólidas, que culminam no castigo dos responsáveis e na recuperação dos bens e valores desviados. Por isso, é imperioso eliminar as barreiras para tornar mais efetiva a cooperação internacional.

A continuação, se deu início ao Debate Moderado **"A cooperação jurídica internacional como instrumento para o combate à corrupção nos países: experiências, sucessos e desafios"**, o qual esteve organizado em quatro painéis. Cada painel contou com dois expositores e um moderador que trataram sobre os seguintes temas:

1. **Limites e desafios da cooperação internacional no combate à corrupção.** Como expositores: Denise Abade, Representante de Brasil, e Soledad Machuca, Representante do Paraguai. O painel foi moderado por Luiz Fernando Lessa. Participaram no debate posterior: Kenia Porcell, Presidenta de la AIAMP, Luis Arocena, Representante de Argentina, e Carlos Meléndez, Representante de Costa Rica.

2. **Boas práticas e casos emblemáticos da utilização da cooperação internacional no combate à corrupção.** Como expositores: Sergio L. Rodriguez, Representante de Argentina, e Mónica Jiménez Granados, Representante da Colômbia. O painel foi moderado por Carlos Bruno Ferreira. Participou no debate posterior: Carlos Melendez, Representante de Costa Rica.

3. **Medidas para tornar mais efetiva a cooperação internacional no combate à corrupção.** Como expositores: Tisbe Cázares Mejía, Representante do México e Enrique Rodriguez, Representante do Uruguai. O painel foi moderado por Samantha Chantal Dobrowolski. Participaram no debate posterior: Zuleika Moore, Representante do Panamá, Gabriel da Rocha, participante do Brasil, e Luis Arocena, Representante de Argentina.

J. L. G.

4. **Coordenação e troca de informações: papel das Redes de Cooperação Internacional.** Anamara Osório, Participante do Brasil e Javier Flores, Representante da Bolívia. O painel foi moderado por Carlos Aguiar.

O segundo dia do evento **"Diálogos: a Cooperação Internacional no Combate da Corrupção"** esteve organizado em três conversatórios:

O primeiro sobre **"Estratégias para uma efetiva cooperação internacional. A experiência no caso Lava Jato: Sucessos e desafios"**, no qual expuseram os procuradores brasileiros que integram cada uma das Forças Tarefa da Operação Lava Jato (FT LJ): Paulo Galvão, Representante da FTLJ no Paraná; Eduardo El Hage, Representante da FTLJ no Rio de Janeiro; José Alfredo de Paula, Representante do Grupo de Trabalho na PGR; y Thamea Danelon, Representante da FTLJ em São Paulo. O painel foi moderado por Uendel Ugatti, Membro de la 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF brasileiro. As apresentações se seguiram por perguntas e intervenções dos procuradores presentes em representação dos seguintes países: Bolívia, Javier Flores Mamani; Colômbia, Mónica Jiménez Granados; Equador, Hortencio Galiano Balcazar Campoverde; Portugal, Claudia Oliveira Porto; Chile, Ximena Chong Campusano; e Costa Rica, Carlos Meléndez Sequeira.

O segundo conversatório tratou sobre **"Rastreamento de ativos: Experiências nacionais, usos e benefícios, problemas e desafios"** e esteve integrado por Zuleika Moore, Representante do Panamá; Ximena Chong, Representante do Chile; Claudia Oliveira Porto, Representante de Portugal; e Rodrigo Prado, Representante do Brasil. O painel foi moderado por Raquel Branquinho, Secretária da Função Penal Originária no Supremo Tribunal Federal.

O terceiro foi sobre **"Redes de cooperação jurídica internacional como instrumento de combate à corrupção: criação e desenvolvimento"** e foi composto por Carlos Bruno Ferreira, Secretário de Cooperação Internacional Adjunto do MPF; Marconi Melo, Representante da Rede de Recuperação de Ativos (RRAG); e Luis Arocena, Representante da Argentina, que apresentou a iniciativa *Latin America and Caribbean Anti-Corruption Law Enforcement Network (OCDE)*. As apresentações se seguiram por perguntas e intervenções.

O terceiro dia foi dedicado à **I Reunião de Trabalho da Rede Ibero-americana de Procuradores Contra a Corrupção.**

Os trabalhos estiveram sob a coordenação da Secretária de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal do Brasil, Cristina Schwansee Romanó, que começou informando aos presentes que, com o propósito de contribuir ao impulso inicial desse espaço, o MPF brasileiro encaminhou proposta no marco do **Programa da União Europeia para a Coesão Social na América Latina** (EuroSOCIAL+), no âmbito da linha de ação sobre "boa governança e luta contra a corrupção", que tem como beneficiários os países-membros da AIAMP e solicita apoio financeiro para o desenvolvimento das primeiras atividades da Rede, que podem incluir, por exemplo, a celebração de um segundo encontro presencial dos pontos de contato da Rede e a elaboração de um guia ou manual de boas práticas de combate à corrupção. Informou, ademais, que em 12 de julho de 2018 a proposta apresentada foi aprovada pelo programa EuroSOCIAL+, que tem como meta central apoiar a consolidação da Rede Ibero-americana de Procuradores contra a Corrupção, o que possibilitou contar neste primeiro encontro com o apoio de uma assessoria especializada.

A continuação, passou a palavra à Diana Español, especialista do EuroSOCIAL+, que apresentou um panorama sobre os resultados derivados dos dois dias de diálogos anteriores, sinalizando as ferramentas atuais em matéria de cooperação internacional na temática e apresentando as propostas de trabalho e possíveis ações a se impulsionar. Na sequência, se seguiram as intervenções dos procuradores presentes e se chegaram às seguintes conclusões:

1 - **Comunicação do Início do Trabalho da Rede:** Visando dar visibilidade imediata aos trabalhos que empreenda a Rede, o MPF brasileiro se propõe solicitar a Secretaria-Geral da AIAMP que se inclua no site da Associação, dentro da sessão da Rede, informação sobre: a constituição da mesma, a designação dos pontos de contato e a primeira reunião destes.

2 - **Designação e Atualização dos Pontos de Contato**: Os Ministérios Públicos e Fiscalías integrantes da Rede se comprometem a reiterar aos membros da AIAMP que ainda não o fizeram, a designação dos pontos de contato que integrarão a Rede, e solicitar sua permanente atualização. Para tal finalidade, se sugere estabelecer um mecanismo simples de

comunicação oficial que vá dirigido ao Ministério Público do Brasil (pgr-internacional@mpf.mp.br), em seu caráter de coordenador da Rede. Se destaca que a designação e atualização permanente dos pontos de contacto é fundamental para gerar uma comunicação ativa, com intercâmbios de informação fluidos e ágeis. Igualmente, se promoverá a utilização de canais e tecnologias que sirvam a uma comunicação direta e ágil;

3 - **Estatuto da Rede**: Se propõe desenvolver um documento que plasme os princípios e os objetivos da Rede, deixando definidos os eixos sobre os que a mesma trabalhará. Com esse propósito se propõe a consideração dos membros da Rede, encomendar a especialista designada no marco do Programa EuroSOCIAL+ a apresentação, no próximo encontro da Rede, de uma proposta que recolha os consensos manifestados no presente encontro;

4 - **Plano de Trabalho**: Com intuito de reunir esforços e de focar o trabalho da Rede nas preocupações centrais dos membros da mesma, se propõe gerar um Plano de Trabalho de para o desenvolvimento dos objetivos e das ações que se esperam da Rede;

5 - **Identidade visual e logo da Rede**: o MPF brasileiro apresentou uma proposta de identidade visual e logo para a Rede. Ficou decidido que a proposta será enviada por e-mail para aprovação formal e, não sendo impugnada por nenhum ponto de contato, será aprovada.

6 - **Boas Práticas Nacionais e Regionais**: Com intuito de valorizar os avanços que já foram produzidos em vários dos Estados que integram a Rede, como primeira ação no marco do Plano de Trabalho da Rede, se propõe recolher e sistematizar os manuais de boas práticas, desenvolvidos pelos Ministérios Públicos e Fisalia membros da Rede, bem como as normativas nacionais que considerem relevante compartilhar, jurisprudência e outros documentos em matéria de luta contra a corrupção, a nível doméstico e regional.

Com este propósito, os pontos de contato da Rede se comprometem a trabalhar conjuntamente para elaborar a referida documentação, sob a coordenação do MPF brasileiro em articulação com a especialista designada no marco do Programa EuroSOCIAL+;

J.C.G.

Com intuito de avançar nas propostas de consenso e com o objetivo de agilizar os tempos, aproveitando ao máximo as reuniões presenciais dos membros da Rede, se solicitou aos pontos de contato que atendam a realização de intercâmbios de propostas preliminares, por e-mail.

Finalmente, ficou pactuado que esta Ata sirva como documento constitutivo y plano de ação dos primeiros trabalhos desenvolvidos pela Rede.

Os representantes dos Ministérios Públicos, Procuradores presentes, assinam duas vias de igual teor nos idiomas espanhol e português.

Sérgio Leonardo Rodríguez
Titular de la Procuradoría de Investigaciones Administrativas
República Argentina

Javier Flores Mamani
Coordinador de la Fiscalía Anticorrupción de La Paz
Estado Plurinacional da Bolívia

Samantha Chantal Dobrowolski
Procuradora Regional da República
Membro da 5ª CCR do MPF
República Federativa do Brasil

Ximena Chong Campusano
Fiscal Jefe de Alta Complejidad
República do Chile

Mónica Jiménez Granados
Fiscal Adscrita a la Dirección Especializada contra la Corrupción
República da Colômbia

Carlos Meléndez Sequeira
Fiscal Adjunto de la Fiscalía Adjunta de Probidad, Transparencia y Anticorrupción
República da Costa Rica

Hortencio Galiano Balcazar Campoverde
Director de Asuntos Internacionales
República do Equador

Tisbe Cázares Mejía
Agregada legal de la PGR para América del Sur
Estados Unidos Mexicanos

Zuleika Moore Gouldbourne
Fiscal Especial Anticorrupción
República do Panamá

Soledad Machuca
Fiscal General Adjunta
República do Paraguai

Cláudia Oliveira Porto
Procuradora do Departamento Central de
Investigação e Ação Penal
República Portuguesa

Joel López
Procurador Fiscal Titular
República Dominicana

Enrique Rodríguez
Fiscal Letrado de Montevideo
República Oriental do Uruguai

Luis Arocena
Representante de Argentina
Membro de *Latin American and Caribbean*
Anti-Corruption Law Enforcement Network

Cristina Schwansee Romano
Secretária de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal
Secretaria Executiva da Rede Ibero-Americana de Procuradores contra a Corrupção
República Federativa do Brasil

Autoridades presentes,

Raquel Elias Ferreira Dodge
Procuradora-Geral
República Federativa do Brasil

Paúl Pérez Reina
Fiscal General
República do Equador